

09 JUL 2019

FOLHA DE S. PAULO

Moro tira licença em meio a desgaste com mensagens

Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA Sob desgaste após a divulgação de mensagens atribuídas a ele e à força-tarefa da Lava Jato, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, vai tirar uma licença na semana que vem.

Conforme despacho publicado nesta segunda (8) no Diário Oficial da União, o motivo do afastamento temporário do ministro, entre segunda (15) e sexta (19), será para “tratar de assuntos particulares”.

A assessoria de imprensa da pasta informou que Moro entrará de férias, após seis meses no governo de Jair Bolsonaro.

Como ainda não pode tirar férias oficialmente, por ter começado a trabalhar no ministério em janeiro, Moro optou por uma licença não remunerada. Durante a ausência de Moro, o secretário executivo Luiz Pontel responderá interinamente pela pasta.

Moro enfrenta críticas desde o início de junho, quando o site The Intercept Brasil publicou uma série de mensagens atribuídas a ele e ao procurador Deltan Dallagnol que indicam interferência do então juiz na atuação do Ministério Público Federal.

O conteúdo mostra, dentre outras coisas, Moro sugerindo a inversão da ordem de operações, antecipando uma decisão judicial e orientando Deltan a incluir uma prova contra réu da Lava Jato.

Moro diz não reconhecer a autenticidade das mensagens obtidas pelo site e nega ter cometido ilegalidades na condução da Lava Jato.

Reportagem da Folha e do Intercept deste domingo (7)

revelou ainda que integrantes da força-tarefa da Lava Jato se mobilizaram para expor informações sigilosas sobre corrupção na Venezuela após receberem uma sugestão de Moro em agosto de 2017, também segundo mensagens privadas trocadas pelos procuradores na época.

Nesta segunda, Moro recebeu o procurador antimáfia da Itália Federico Cafiero. Segundo ele, “para comemorar a cooperação entre a Polícia Federal e a Polícia italiana” na prisão do traficante de drogas Nicola Assisi.

O que mostram os diálogos vazados

Provas Moro orientou Deltan a incluir prova contra réu da Lava Jato em denúncia que já havia sido oferecida pelo MPF

FHC Moro se posicionou contra investigações sobre o ex-presidente FHC por temer que elas afetassem “alguém cujo apoio é importante”.

Procuradora Em conversa com Deltan, Moro sugeriu melhorar o desempenho de uma procuradora durante interrogatórios

Indicação de testemunha Moro repassou a Deltan, via Telegram, a indicação de uma testemunha que poderia colaborar para a apuração de caso ligado a Lula

Ordem das fases Moro sugeriu alterar a ordem de fases da Lava Jato

Deltan rejeita convite para falar na Câmara sobre conversas

Daniela Lima

SÃO PAULO O procurador Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa da Lava Jato de Curitiba, enviou ofício à Câmara nesta segunda no qual avisa que não irá comparecer à audiência para a qual foi convidado na Comissão de Direitos Humanos.

O encontro estava marcado para esta terça (9), às 14h.

A solicitação de presença no colegiado foi feita pelo deputado Rogério Correa (PT-MG), após o The Intercept Brasil começar a publicar mensagens trocadas entre a força-tarefa e o ex-juiz Sergio Moro pelo aplicativo Telegram.

No ofício, Deltan diz respeitar o Congresso, que trata como “uma das instituições mais relevantes em nossa democracia”, mas afirma que prefere manter suas manifestações “na esfera técnica”.

“Muito embora tenha sincero respeito e profundo apreço pelo papel do Congresso Nacional nos debates de natureza política que realiza e agradeça o convite para deles participar, acredito ser importante concentrar na esfera técnica minhas manifestações”.

O procurador ainda reafirma o discurso de que as mensagens têm origem “origem criminosa, cuja veracidade e autenticidade não reconhecemos, e que vêm sendo usadas para atacar a Operação Lava Jato”.

09 JUL 2019

FOLHA DE S. PAULO

Juízes cometem ilícitos e devem ser punidos, diz Fachin

Katna Baran

CURITIBA O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Edson Fachin afirmou nesta segunda (8) que nenhum juiz está acima da lei e que, caso cometa ilícitos, deve ser punido sem que isso afete as instituições.

Ele participou de evento sobre a sistematização das regras eleitorais no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, em Curitiba.

“Parlamentares cometem ilícitos e devem ser punidos, mas as instituições precisam ser preservadas. Juízes também cometem ilícitos e também devem ser punidos, mas as instituições devem ser preservadas”, disse.

“E assim se aplica a todos os atores dos Poderes e das instituições brasileiras, incluindo o Ministério Público e a administração pública. Ninguém está acima da lei, nem mesmo o legislador, nem o julgador, e muito menos o acusador”, completou.

Sem citar nomes específicos, Fachin disse ainda que nenhum juiz pode fazer de seu trabalho uma prerrogativa para facilitar “uma agenda pessoal ou ideológica”.

As declarações foram dadas em meio ao desgaste de Sergio Moro e da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba após a divulgação de mensagens pelo The Intercept Brasil que apontam a colaboração do então juiz com os procuradores.

Na sexta (5), reportagem da revista Veja com o Intercept apontou que o procurador da República Deltan Dallagnol comemorou com colegas do MPF (Ministério Público Federal) o resultado de encontro com Fachin.

“Caros, conversei 45 m com o Fachin. Aha uhu o Fachin é nosso”, escreveu, segundo mensagem enviada em grupo no Telegram no dia 13 de julho de 2015.

Fachin discursou durante uma hora, mas evitou falar com a imprensa antes e após o evento em Curitiba.

PAINÉL

MAIS RESPEITO A fala do ministro Edson Fachin, do STF, em ato da Justiça Eleitoral do Paraná, nesta segunda (8), chamou a atenção de seus colegas na corte. Relator da Lava Jato no Supremo, ele disse, sem citar nomes, que “juízes também cometem ilícitos e devem ser punidos”.

MAIS RESPEITO 2 Para integrantes do STF e do meio jurídico, a fala confirmou rumor que circulava desde a última semana: o de que o ministro não gostou da forma como foi citado em diálogos entre procuradores da Lava Jato. Segundo o The Intercept Brasil, investigadores exclamaram “Aha, uhu, o Fachin é nosso”.

APRESSADINHO Outro discurso que foi pauta nos bastidores do STF foi o de Luiz Fux em evento da XP Investimentos. Ele não só defendeu a aprovação de reformas como garantiu a continuidade da Lava Jato. “A Lava Jato vai continuar. E essa palavra (...) é de quem no ano que vem assume a presidência do Supremo”.

APRESSADINHO 2 Dias Toffoli tem mandato à frente da corte até setembro de 2020, e a fala foi vista como descortês.

09 JUL 2019

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

MARCHA LENTA

A Polícia Federal informou na semana passada ao ministro Edson Fachin, do STF (Supremo Tribunal Federal), que apenas dois ofícios burocráticos foram expedidos até agora no inquérito aberto há nove meses para investigar o vazamento de informações da delação da Odebrecht na Venezuela. Não houve diligências nem oitiva de testemunhas.

RISCO O vazamento foi ilegal e colocou em risco delatores e advogados naquele país.

SIGILO TOTAL No Brasil, as informações eram de conhecimento de poucas autoridades, como os procuradores da Lava Jato e o juiz Sergio Moro.

VEJA ISTO Em 2017, quando os dados sigilosos vieram a público, a Odebrecht apresentou notícia-crime a Fachin — que passou o caso à PGR (Procuradoria-Geral da República).

CADE? Nada andou e, em março deste ano, a Odebrecht voltou a provocar o Supremo.

RESPOSTA A procuradora-geral, Raquel Dodge, informou então a Fachin que um inquérito sigiloso havia sido aberto em 2018 para investigar o caso.

MUITA CALMA Já a PF, também questionada, disse a Fachin que só dois ofícios foram despachados, em 2018 — um ao STF e outro a Dodge — para comunicar que a investigação havia começado. E nada mais.

VAZA JATO No domingo (7), a **Folha**, em parceria com o site The Intercept Brasil, revelou mensagens trocadas em 2017 entre Moro, o procurador Deltan Dallagnol e outros integrantes da Lava Jato em que eles discutiam como tornar pública a delação da Odebrecht.

LADO A Nos diálogos, Dallagnol dizia que era preciso “contribuir com os venezuelanos”. E discorria sobre pagamentos feitos ao governo chavista de Nicolás Maduro.

LADO B A oposição da Venezuela, no entanto, também acabou investigada por receber propina da construtora.

LADO C Moro e os procuradores afirmam não reconhecer a autenticidade das mensagens e dizem que elas podem ter sido adulteradas.

09 JUL 2019

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

ACUSO Uma assessora do Conselho Superior do Ministério Público do Paraná fez uma denúncia de assédio sexual contra o coordenador geral do Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado) no estado, Leonir Batisti.

B.O. Ela afirmou na Delegacia da Mulher que foi assediada no trabalho e que Batisti "a beliscou na lateral do seu corpo".

PASSADO O promotor foi o responsável pela primeira prisão do ex-governador do Paraná Beto Richa. Ele não comenta as acusações. O MP afirma que o caso está sendo investigado e que está sob sigilo.

Desigualdade de acesso

Se prática é usual e acesso, privilegiado, restrição a aborto amplifica desigualdades

Argumentos pró e contra o aborto eletivo gravitam em torno de duas questões: de um lado, o direito de escolha da mulher; do outro, o direito à vida do feto. Mas o limiar do crime — o estágio gestacional a partir do qual o aborto é punido — não tem resposta exata pois pondera o valor relativo destes dois direitos em determinado tempo e sociedade. De forma não surpreendente, existe bastante variação entre os países sobre o momento gestacional a partir do qual o aborto eletivo é considerado um crime.

No Brasil, o limite estabelecido é zero, sendo tolerado em três situações bastante específicas: quando há violência sexual contra a mulher, quando o feto é anencéfalo e quando a gravidez representa risco de vida para própria gestante.

Nas mãos do STF (Supremo Tribunal Federal), mas sem data para julgamento, está ação que pretende expandir o acesso ao aborto para gestações até a 12ª semana, independentemente do motivo, o que tornaria o Brasil mais próximo da regra que é adotada na maioria dos países desenvolvidos, entre eles os Estados Unidos, o Canadá, a Alemanha, a Suécia, a Noruega, a Austrália e a África do Sul.

O aspecto criminal do aborto envolve inevitavelmente questões éticas e polêmicas, mas a atuação do Estado nesta questão também deve levar em consideração efeitos indiretos para a sociedade que a restrição ao aborto pode causar.

Se a interrupção da gestação for relevante e aceitável para muitas mulheres, o mercado ilegal vai existir. A proibição do uso de drogas não elimina o tráfico e as organizações criminosas, e o mesmo acontece no caso do aborto. Entretanto, a incidência do fenômeno e a quem o mercado ilegal atende são de difícil mensuração.

No Brasil, os números estimados estão sujeitos a diversas críticas, mas a existência de um mercado ilegal para o aborto parece ser real.

Há estimativas, possivelmente infladas, de em torno de 1 milhão de abortos ilegais por ano, considerando 200 mil internações por abortamento no Serviço de Internações Hospitalares e que 20% dos abortos resultam em internações.

A título de comparação, nos EUA, onde o aborto eletivo é permitido, ocorreram 638.169 abortos em 2015. Já as pesquisas amostrais, como a Pesquisa Nacional de Saúde e a Pesquisa Nacional do Aborto, sujeitas a subnotificação, estimam a incidência de aborto entre mulheres de 18 a 49 anos em 2 a 13%.

Em todo mercado ilegal, o aspecto criminal inviabiliza a tutela e fiscalização do Estado sobre a qualidade do produto ou serviço em questão, além de aumentar o preço de acesso. Assim, as restrições ao aborto eletivo geram dois efeitos não desejáveis. Se de um lado podem inibir a realização do procedimento, por outro o tornam mais arriscado, com consequências para saúde da mulher, além de custos para o sistema de saúde.

O segundo efeito é a desigualdade de acesso, por renda ou raça, por exemplo. O acesso para a mulher pobre é muito mais difícil do que o acesso para uma mulher de renda alta, tanto pelo custo, pela informação e pelo rápido acesso a assistência após o abortamento.

Se a preferência pelo aborto eletivo é justamente para as mulheres de baixa renda, a restrição de acesso atua como lente amplificadora de desigualdades. O aborto eletivo está longe de ser uma saída eficaz para uma gravidez indesejada, mas é importante considerar o contexto brasileiro de falta de informação, dificuldade de acesso e uso de métodos anticoncepcionais.

Além de julgamentos éticos ou criminais, a discussão sobre a legalização do aborto deve considerar como restrições de acesso geram desigualdades em saúde e renda, com impactos reais sobre a nossa economia.

Se a prática é usual, e o acesso é privilegiado, a restrição ao aborto amplifica desigualdades.

09 JUL 2019

BEMPARANÁ

Em meio a vazamentos, Moro tira férias

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro vai se afastar do cargo por alguns dias. Segundo despacho do presidente Jair Bolsonaro publicado ontem no Diário Oficial da União, o ex-juiz da Lava Jato tratará de ‘assuntos particulares’ e retornará ao cargo no próximo dia 22.

Segundo a assessoria do ministro, a licença será não remunerada e Moro aproveitará para viajar com a família — depois de renunciar à magistratura para entrar na vida política, o ministro não pôde tirar férias, justificam ainda seus funcionários. Em janeiro, por exemplo, a família viajou para a Europa, mas ele teve de ficar no Bra-

sil para assumir o Ministério.

“Na prática, o ministro não poderia tirar férias, por ter começado a trabalhar em janeiro. Então está tirando uma licença não remunerada, com base na Lei 8.112”, disse a assessora. Enquanto Moro estiver ausente, o secretário executivo Luiz Pontel é quem responderá interinamente pelo ministério.

No domingo, Moro havia integrado a comitiva de Bolsonaro que assistiu à final da Copa América, no Maracanã. No último final de semana, reportagens do The Intercept, da Folha de S. Paulo e da Veja trouxeram novas revelações sobre a atuação do então juiz na Operação Lava

Jato, reforçando as suspeitas de que, mais do que um julgador, Moro era o coordenador da força-tarefa, orientando ações da Lava Jato e descumprindo a exigência de um juiz imparcial, que mantenha equidistância entre as partes.

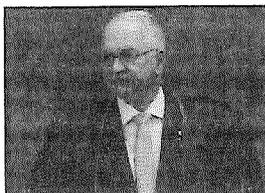
As conversas, recebidas pelo The Intercept por meio de uma fonte anônima, mostra supostas conversas mantidas no aplicativo Telegram entre integrantes da força-tarefa da Lava Jato. Moro e os procuradores não negam, mas também não reconhecem a autenticidade das mensagens, alegando não se recordarem dos diálogos e acusando a possibilidade de adulteração do material.

Justiça

Relator dos processos da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal, o ministro **Edson Fachin**, afirmou ontem em Curitiba que juízes também cometem atos ilícitos e que esses magistrados devem ser punidos quando isso acontece.

Embora a declaração tenha ocorrido em meio às reportagens realizadas com base em vazamentos de conversas de procuradores com o então juiz Sergio Moro obtidas pelo site The Intercept Brasil, Fachin não citou o nome do atual ministro da Justiça e nem exemplos de “ilícitos” cometidos por juízes. O ministro participou de evento na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR).

Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil



Agenda

Em discurso, Fachin disse que “ninguém está acima da lei” e que nenhum magistrado pode usar seu cargo para atender seus interesses pessoais ou ideologia. “Juízes também cometem ilícitos e devem ser punidos”, afirmou Fachin. “Juiz algum tem uma Constituição para chamar de sua. Juiz algum tem a prerrogativa de fazer de seu ofício uma agenda pessoal ou ideológica. Se o fizer, há de submeter-se ao escrutínio da verificação” e que o mesmo vale para integrantes do Ministério Público.

Telegram

O nome de Fachin aparece citado por procuradores da Lava Jato em conversas de procuradores vazadas ao Intercept e divulgadas na sexta-feira pela revista Veja. As mensagens revelam o entusiasmo do procurador Deltan Dallagnol, coordenador da Lava Jato em Curitiba, após encontro com Fachin. De acordo com a revista, em 13 de julho de 2015, Deltan deixou uma reunião com Fachin e logo comentou o resultado da conversa com os demais procuradores da força-tarefa, por meio do aplicativo Telegram. “Caros, conversei 45 m com o Fachin. Aha uhu o Fachin é nosso”, disse Deltan na mensagem. O ministro não comentou o assunto ontem.

Defensores questionam 'cenário' de audiências

Advogados propõem que, diante do juiz, acusação e defesa fiquem no mesmo nível

Matheus Lara

Defensores públicos e advogados brasileiros vão fazer pressão para o Supremo Tribunal Federal (STF) julgar se o Ministério Público deve ou não ter uma cadeira reservada ao lado dos juízes em audiências de instrução e julgamento. Hoje, membros do MP, ainda que como parte acusatória, ficam à direita do juiz, geralmente alguns degraus acima do réu, sua defesa e testemunhas.

O momento é visto como oportuno para a discussão. Após a divulgação de mensagens atribuídas ao ministro da Justiça e Segurança Pública, o ex-juiz federal Sérgio Moro, a procuradores da Operação Lava Jato, se intensificaram os debates sobre a relação entre quem julga e quem acusa dentro de uma ação penal. As mensagens foram publicadas pelo site The Intercept Brasil e sugerem interferência de Moro no trabalho de procuradores da Lava Jato – o que o atual ministro nega ter feito.

O tema tem sido debatido em conversas da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) com o Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais (Condege).

Ambos pedem que o STF julgue uma ação direta de inconstitucionalidade que está na Corte há sete anos (ADI 4768, proposta pela OAB em 2012), hoje no gabinete de ministra Carmen Lúcia. A ação pede a suspensão de artigos da Lei 8.625/93 e da Lei Complementar 75/93, que hoje sustentam a possibilidade de que membros do MP estejam ao lado dos juízes.

“(A divulgação das mensagens) Reacende essa discussão no sistema jurídico e agora queremos reforçar a luta por uma composição cênica mais adequada”, disse a 2.ª subdefensora pública-geral do Rio de Janeiro, Paloma Lamago. “Hoje, como o juiz se senta sempre numa posição mais alta, o acusado e defesa ficam lá embaixo vendo o cara que acusa ao lado do juiz. É uma violência simbólica.”

O tema também é pauta no Congresso. O projeto de lei 6.262/16, aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara em maio e que agora vai para o Senado, determina que os advogados do autor e do réu de uma ação devam ficar na mesma altura do juiz e à mesma distância do magistrado. Para a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), é uma mudança necessária.

• Simbolismo

“Não é bobagem discutir onde fica sentado cada um nas audiências. Os símbolos são importantes. Temos que enfrentar os símbolos.”

Felipe Santa Cruz

PRESIDENTE DA OAB

“Não é simbolismo de superioridade, ao contrário.”

Manoel Morrieta

VICE-PRESIDENTE DO CONAMP

“Chegaram a dizer que era bobagem discutir onde fica sentado cada um na audiência. Mas não é. Nas audiências, são importantes os símbolos”, diz o presidente da OAB, Felipe Santa Cruz. “Temos que enfrentar estes símbolos.”

‘Simbolismo’. O vice-presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Manoel Murrieta, discorda da necessidade de mudanças. Para ele, a posição de membros do MP em relação ao juiz trata-se apenas de um “compromisso histórico”. “Não se trata de simbolismo de superioridade, ao contrário.” O Estado procurou a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), mas teve resposta até a conclusão desta edição.

O presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Jayme de Oliveira, disse defender que as partes de um processo estejam em posição de igualdade, mas que o juiz, por atuar na solução do caso, deve se manter numa posição superior. “As partes devem estar em igualdade de tratamento. Quando o Ministério Público atua como parte, deve estar topograficamente em situação de igualdade”, diz. “No que diz respeito ao juiz, porque na situação atua como Poder do Estado, imparcial e independente, ele tem posição topograficamente superior.”

CONTINUA

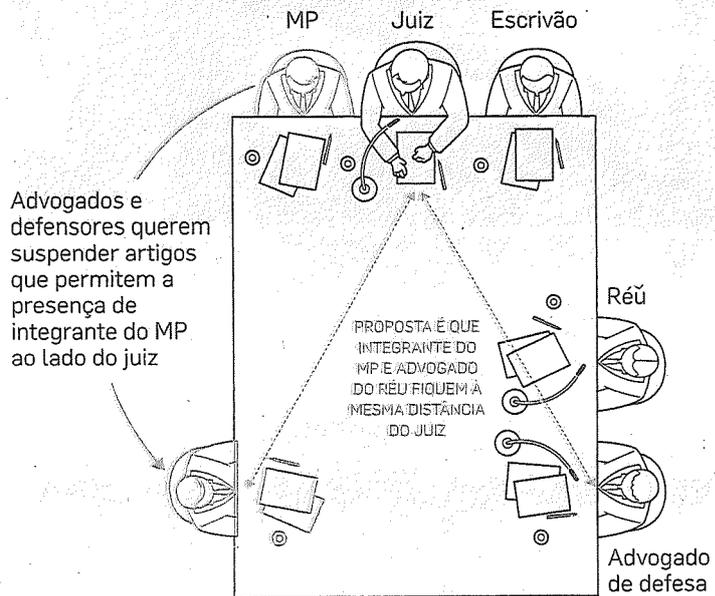
09 JUL 2019

O ESTADO DE S. PAULO CONTINUAÇÃO

Para Santa Cruz, a dimensão da Operação Lava Jato pode fazer com que comarcas de todo o País vejam os processos que foram conduzidos em Curitiba como um modelo. Por isso, segundo ele, este seria o momento oportuno para discutir a proximidade entre quem julga um processo e suas partes.

MUDANÇA DE LUGAR

● Ação da OAB que questiona posição da cadeira do MP durante audiências e julgamentos está desde 2012 no STF



09 JUL 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Moro alega assunto 'pessoal' e pede licença

No centro de uma polêmica por conta de supostos diálogos com a força-tarefa da Lava Jato em Curitiba, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, ficará afastado do cargo na próxima semana “para tratar de assuntos particulares”. A licença vai valer de 15 a 19 de julho e foi autorizada por despacho presidencial publicado ontem no *Diário Oficial da União*. A assessoria do ministério acrescentou que se trata de uma licença não remunerada prevista em lei.

“Por ter começado a trabalhar em janeiro, o ministro não tem ainda direito a gozar férias. Então, está tirando uma licença não remunerada”, informou a assessoria do ministério.

Segundo um auxiliar no ministério, o afastamento já estava sendo planejado desde que o ministro assumiu, e não tem relação com a repercussão de supostos diálogos entre o ministro e procuradores da Lava Jato. Divulgadas pelo site The Intercept Brasil, as conversas sugerem que Moro interferiu no andamento da operação quando era juiz federal em Curitiba. Ele não reconhece a autenticidade das mensagens e tem negado condutas indevidas.

Batman. Em palestra a empresários em Belo Horizonte (MG), o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Augusto Heleno, afirmou que o vazamento das conversas se deu porque o ex-juiz é o “símbolo do Batman contra o Coringa”. “Um homem desses ser colocado na parede por gente que tem pavor dele? O cara quando ouve falar em Moro quer morrer, né?”, disse Heleno, sem citar nomes. “Aquilo ali é o símbolo do Batman contra o Coringa. E os caras querem ver o Batman na parede. E começam a inventar que a conversa dele com o procurador é ilegal. Um juiz não pode conversar com um procurador, mas muitos podem conversar com o advogado de defesa, receber em casa para jantar”. / **LUCI RIBEIRO e BRENO PIRES e LEONARDO AUGUSTO, ESPECIAL PARA O ESTADO**

09 JUL 2019

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

Dez Medidas, o retorno

Ao devolver à Câmara o projeto Dez Medidas Contra a Corrupção, semana passada, o Senado entregou uma versão mais próxima da dos deputados do que dos procuradores. Inicialmente sugerido por Deltan Dallagnol, o texto sofreu tantas alterações na Câmara que se disse que ele havia sido “desfigurado”.

A Casa só manteve uma das dez medidas em sua íntegra – a de penas maiores para corrupção. O Senado colocou de volta o confisco alargado, quando o Estado toma de alguém a diferença entre seu patrimônio comprovadamente lícito e seu patrimônio total.

Juiz do DF suspende processo contra cirurgiã

O juiz Anderson Santos da Silva, da 2.ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal, decidiu suspender um processo administrativo que investiga a cirurgiã plástica Patrícia Leite, acusada de desrespeitar o código de ética da classe profissional nas redes sociais. A resolução contestada pela defesa da cirurgiã plástica veta os médicos de exporem a “figura de seu paciente como forma de divulgar técnica, método ou resultado de tratamento”.

09 JUL 2019

JORNAL DO ÔNIBUS

Deltan avisa que não irá ao Congresso

O procurador Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa Lava Jato no Ministério Público Federal em Curitiba, avisou ao Congresso Nacional por meio de ofício que não irá à audiência para comentar os diálogos vazados entre ele e o ex-juiz Sergio Moro, atual ministro da Justiça e Segurança Pública. O documento é datado do dia 4 de julho.

O procurador seria ouvido nesta terça-feira (9), às 14 horas, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara, que confirmou o cancelamento da audiência.

“Cumprimentando-o, dirijo-me a Vossa Excelência para, respeitosamente, apresentar as razões pelas quais me considero impossibilitado de atender ao convite formulado por essa Digna Comissão. O Congresso Nacional é uma das Instituições mais relevantes em nossa democracia e responsável pela definição dos rumos do país, como um dos poderes da República. Como membro do Ministério Público, Instituição essencial à Justiça, tenho por função



Deltan era esperado nesta terça-feira na Câmara dos Deputados

constitucional desempenhar trabalho de natureza técnica perante o Judiciário, outro poder, situação distinta daquela de agentes públicos vinculados ao Poder Executivo. Esse trabalho técnico consiste em investigar fatos e buscar a aplicação da lei penal de modo eficiente e justo, de acordo com a Constituição e com as leis, atividade funcional sujeita à apreciação do Poder Judiciário”, diz o documento. ●

Moro se afastará do cargo por cinco dias

 Na próxima semana, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, vai tirar licença não remunerada do cargo para tratar de assuntos particulares. A licença, entre os dias 15 a 19 de julho, foi concedida pelo presidente da República, Jair Bolsonaro. O afastamento sem vencimentos ocorre nos termos da Lei 8112/90.

A assessoria do ministro informou que neste período Moro estará de férias. Por ter assumido o cargo em janeiro, foi usado o recurso da licença. Durante a ausência de Moro, o secretário executivo Luiz Pontel responderá interinamente pelo ministério. O despacho que concede a licença a Sérgio Moro foi publicado ontem no Diário Oficial da União. ●

MORO VICE

Mesmo faltando mais de três anos para a próxima eleição, políticos conservadores avaliam que o ministro da Justiça, Sérgio Moro, poderia se tornar o candidato a vice-presidente na chapa liderada por Jair Bolsonaro, em 2022. A possibilidade foi revelada pela colunista Mônica Bergamo, na Folha de S.Paulo, e surge no momento em que o ex-juiz está no centro da polêmica política acusada pelo vazamento de troca de mensagens suas com integrantes da Lava Jato.

09 JUL 2019

JORNAL DO ÔNIBUS

'Juizes cometem ilícitos e devem ser punidos', diz Fachin

Relator dos processos da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal, o ministro Luiz Edson Fachin, afirmou hoje em Curitiba que juizes também cometem atos ilícitos e que esses magistrados devem ser punidos. Embora a declaração tenha ocorrido em meio às reportagens realizadas com base em vazamentos de conversas de procuradores com o então juiz Sergio Moro obtidas pelo site The Intercept Brasil, Fachin não citou o nome do atual ministro da Justiça e nem exemplos de "ilícitos" cometidos por juizes.

O ministro STF participou de evento na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR). Em discurso, Fachin disse que "ninguém está acima da lei" e que nenhum magistrado pode usar seu cargo para atender seus interesses pessoais ou ideologia. "Juizes também cometem ilícitos e devem ser punidos", afirmou Fachin. "Juiz algum tem uma Constituição para chamar de sua. Juiz algum tem a prerrogativa de fazer de seu ofício uma agenda pessoal ou ideológica. Se o fizer, há de submeter-se ao escrutínio. ●

Reprodução



Fachin participou de evento no TRE do Paraná

09 JUL 2019

FOLHA DE LONDRINA

Solto no sábado, Fanini ficará em prisão domiciliar por 14 meses

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Curitiba - O principal delator da Operação Quadro Negro, Maurício Fanini, seguirá em prisão domiciliar pelos próximos 14 meses, utilizando tornozeleira eletrônica. O ex-diretor da Seed (Secretaria de Estado da Educação) do Paraná deixou a carceragem da PF (Polícia Federal) em Curitiba na madrugada do último sábado (6), beneficiado pelo acordo que firmou com o MP (Ministério Público) Estadual em setembro de 2018.

Segundo o advogado Tracy Reinaldet, que representa Fanini, a decisão, homologada pelo TJ (Tribunal de Justiça), vale para todas as sete ações penais das quais o delator é réu. A Operação começou em 2015 e mira desvios na ordem de R\$ 20 milhões em obras de construção, reforma e ampliação de escolas públicas estaduais, por meio da Sude (Superintendência de Desenvolvimento Educacional), braço da Seed.

Conforme o MP, as investigações demonstram que houve conluio entre agentes públicos e privados, de 2012 a 2015, para fraudar laudos de medições e viabilizar o pagamento antecipado

das obras sem a efetiva contrapartida, ou seja, sem a real execução daquilo que era contratado.

Além da área criminal, há dez ações por ato de improbidade administrativa em andamento na esfera cível. Alguns processos, porém, incluindo o conteúdo da colaboração de Fanini, correm em segredo de Justiça. A delação foi um dos motivos que levaram o ex-governador Beto Richa (PSDB) para a prisão em março deste ano. O tucano foi solto pouco tempo depois e negou todas as acusações.

“Em sua cooperação com a Justiça, Maurício Fanini contou ao Ministério Público a verdade e apresentou inúmeras provas que comprovam o que foi por ele dito: documentos, extratos bancários, fotos, agendas e até gravações”, diz Reinaldet, em nota. Ainda de acordo com o advogado, foi por essa razão que o TJ homologou o acordo, prevendo a soltura. “Fanini continuará cooperando de forma ampla e irrestrita com a Justiça, sempre narando às autoridades apenas a verdade, nada mais nada menos do que ela”, completa. Em 2020, o ex-diretor da Seed poderá progredir para o regime semiaberto, se recolhendo em casa aos finais de semana.

09 JUL 2019

FOLHA DE LONDRINA

MP indicia prefeito de Rolândia e esposa por improbidade

Pedro Moraes

Reportagem Local

As investigações do MP (Ministério Público) na operação Patrocínio culminaram numa ação civil pública por improbidade administrativa contra o prefeito de Rolândia (Região Metropolitana de Londrina), Luiz Francisconi Neto, o Doutor Francisconi (PSDB), a primeira-dama Nilza Francisconi, o ex-procurador jurídico do município Lucas Alves da Silva, e a ex-secretária de Saúde, Rosana Alves da Silva.

Na ação, os promotores pedem a indisposição dos bens do chefe do executivo na ordem de R\$ 507.610,92; e de R\$ 1.084.816,95, da mulher. Os outros dois indiciados têm no total R\$ 830 mil indisponíveis. O MP afirma que Nilza "valeu-se da condição de esposa do prefeito para se beneficiar indevidamente em detrimento do erário municipal". A operação foi deflagrada em setembro do ano passado e levou ao afastamento do prefeito do cargo por cinco meses por conta de supostas irregularidades em contratos e licitações.

A acusação se baseia nas investigações sobre a escala de plantão de trabalho nas unidades de saúde de Rolândia. Nilza é médica concursada do município, mas também prestava serviços por meio de uma

empresa terceirizada. As irregularidades foram encontradas em três modalidades. Pagamentos por meio de empresa autorizados ilicitamente pelo prefeito, valores relativos aos plantões de sábado em que as escalas e controle de carga horária eram irregulares, e pagamentos feitos enquanto servidora por serviços não prestados. "Os fatos narrados nesta petição inicial evidenciam que a lesão ao erário do Município de Rolândia resultou dos ajustes ilegais estabelecidos entre os agentes públicos/políticos", aponta a ação.

DEFESA

Em nota, o advogado Anderson Mariano, responsável pela defesa de Francisconi, afirma que o prefeito de Rolândia "sempre atuou dentro da legalidade" e que "jamais agiu de forma a beneficiar sua esposa, servidora pública concursada há mais de dez anos, sempre tratando de forma isonômica todos os servidores do município". E afirma ainda que "irá comprovar sua inocência, provando que as acusações não correspondem à realidade, na medida em que se tratam de presunções formadas de forma precipitada e sem a devida análise de toda a documentação relacionada aos fatos em apuração".

09 JUL 2019

FOLHA DE LONDRINA

Moro tira licença na próxima semana

Brasília - O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, ficará afastado do cargo na próxima semana "para tratar de assuntos particulares". O período de afastamento do ministro se dará de 15 a 19 de julho. O despacho presidencial que autoriza a licença de Moro foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) dessa segunda-feira (8), sem mais informações sobre os motivos da decisão. O Ministério da Justiça e Segurança Pública explicou, por meio de sua assessoria, que o afastamento de Moro se trata de uma licença não remunerada prevista em lei.

O procurador Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa da Lava Jato de Curitiba, enviou ofício à Câmara nessa segunda (8) no qual avisou que não irá comparecer à audiência para a qual foi convidado na Comissão de Direitos Humanos. O encontro estava marcado para esta terça (9), às 14h.

A solicitação de presença no colegiado foi feita pelo deputado Rogério Correa (PT-MG), após o The Intercept Brasil começar a publicar mensagens trocadas entre a força-tarefa e o ex-juiz Sergio Moro pelo aplicativo Telegram. No ofício, Dallagnol diz respeitar o Congresso, que trata como "uma das instituições mais relevantes em nossa democracia", mas afirma que prefere manter suas manifestações "na esfera técnica".

09 JUL 2019

FOLHA DE LONDRINA

Honorários dos procuradores municipais

A remuneração dos procuradores municipais deve ser fixada por meio de subsídio e está limitada ao mesmo teto constitucional dos desembargadores do TJ (Tribunal de Justiça), correspondente a 90,25%, em espécie, do valor da remuneração dos ministros do Supremo Tribunal Federal. E eles têm direito a receber honorários de sucumbência, mesmo que sejam remunerados por subsídios, se a lei de regulamentação do cargo assim dispuser. Essa é a orientação do Pleno do TC (Tribunal de Contas) do Paraná, de acordo com a tese fixada pelo STF no julgamento do Recurso Extraordinário, de repercussão geral, em resposta à consulta formulada em 2017, pela então prefeita em exercício do município de Foz do Iguaçu, Inês Weizemann dos Santos, sobre a remuneração dos procuradores municipais.

09 JUL 2019

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Sergio Moro se licencia do cargo por cinco dias

Na próxima semana, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, tira licença não remunerada do cargo para tratar de assuntos particulares. A licença, entre os dias 15 a 19 de julho, foi concedida pelo presidente da República, Jair Bolsonaro.

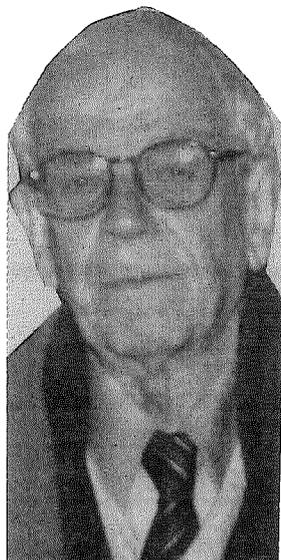
O afastamento sem vencimentos ocorre nos termos da Lei 8112/90. A assessoria do ministro informou que neste período Moro estará de férias. Por ter assumido o cargo em janeiro, foi usado o recurso da licença. Durante a ausência de Moro, o secretário executivo Luiz Pontel responderá interinamente pelo ministério.

FÁBIO CAMPANA

Moro vai tirar férias

Afastamento acontece em meio à divulgação de mais mensagens envolvendo o ministro da Justiça pelo site 'The Intercept Brasil'. Autorização foi publicada nesta segunda-feira no Diário Oficial da União. A assessoria de Moro disse que ele vai tirar dias de férias entre 15 e 19 de julho.

METRO 09 JUL 2019



Guerreiros do Comércio

14ª edição

O jurista e jornalista Eduardo Rocha Virmond (foto) será um dos três maiores homenageados da 14ª edição do troféu Guerreiros do Comércio, que ocorre na sexta (dia 12) no Centro de Eventos Expo Unimed. Além dele, receberão a comenda "Ordem do Mérito do Comércio do Paraná" o presidente da Cocamar, Luiz Lourenço, e o senador Oriovisto Guimarães. Até hoje, apenas 26 personalidades receberam este prêmio específico. No total, neste ano, serão 47 premiações oferecidas pela Fecomércio (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná).

09 JUL 2019

METRO

Moro. Ministro da Justiça tira licença não remunerada

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, tirou licença não remunerada entre os dias 15 e 19 de julho para “tratar de assuntos particulares”.

De acordo com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, o afastamento se trata de férias: como ele entrou no cargo em janeiro e ainda não pode tirar férias, pediu a licença sem remuneração.

Segundo auxiliar da pasta, a licença já está planejada desde que Moro assumiu e não tem a ver com a atual de pressão que o ministro está sofrendo com a divulgação de supostos diálogos entre procuradores da Lava Jato e ex-juiz pelo site [The Intercept Brasil](#).

SÓ 09 JUL 2019

EM AGOSTO

Daiane Andrade
Gazeta do Povo

A discussão em torno do reajuste salarial dos servidores estaduais ficará para o segundo semestre de 2019 (na volta do recesso parlamentar). De acordo com o líder do governo na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), deputado Hussein Bakri (PSD), uma reunião foi realizada ontem pela manhã e, para manter a negociação, o governo decidiu abrir mão do regime de urgência no andamento da matéria. O Projeto de Lei 522/2019 tramita na Casa desde o dia 3 de julho.

A informação é de que, após o anúncio do governador Ratinho Junior (PSC), na semana passada, o Fórum das Entidades Sindicais (FES) apresentou uma contraproposta. O novo percentual pedido é de 2% com pagamento a partir de outubro.

Hermes Leão, presidente da APP Sindicato, que representa os professores estaduais, afirma que o problema agora é o prazo. "Essa nova proposta é de que o pagamento desses 2% comece em outubro e que a diferença entre no parcelamento conforme já havia sido apresentado, mas o governo quer deixar para janeiro de 2020".

Bakri alega que o Executivo estadual não tem caixa para absorver mais despesas em 2019. "Esse percentual representa um impacto de quase R\$ 500 milhões no período, considerando o 13º salário. A proposta é que o índice seja aplicado em janeiro".

A expectativa é de que, na sequência, o Fórum das Entidades Sindicais promova encontros com os sindicatos para falar sobre o assunto. Já hoje, a

Debate sobre o reajuste dos servidores ficou para a volta do recesso parlamentar, no segundo semestre.

expectativa é de que o secretário de Estado da Educação, Renato Feder, receba integrantes da APP Sindicato às 11h. "Nós pedimos que a conversa seja mediada pela Casa Civil porque a data-base é apenas uma das nossas reivindicações".

Só em agosto

Como o recesso dos deputados estaduais começa nesta semana, o Projeto de Lei sobre o reajuste do funcionalismo só volta a tramitar a partir de agosto. De acordo com o presidente da Casa, deputado Ademir Traiano (PSDB), a mudança de planos partiu do governo. "A proposta seria analisada hoje (ontem), mas parece que há um processo de negociação e a liderança do governo me pediu para que a gente não colocasse na pauta".

O PL 522/2019 autoriza a reposição de 5,09% parcelados em quatro anos com a aplicação de 0,5% a partir de outubro. A proposta é que o restante seja concedido da seguinte forma: 1,5% a partir de março de 2020, 1,5% a partir de janeiro de 2021 e 1,5% a partir de janeiro de 2022. No caso dos índices de 2021 e 2022, o reajuste ficaria atrelado a um crescimento da receita corrente líquida do estado. O impacto total previsto é de R\$ 2,1 bilhões no orçamento do estado até 2022.

Contrários à proposta, os servidores estaduais tentam conseguir um percentual

maior. Inicialmente, o pedido era de 4,94% de reposição, equivalente à inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) entre maio de 2018 e maio de 2019. Os trabalhadores argumentam que estão com os vencimentos congelados há quase quatro anos e que, por causa disso, a perda acumulada de poder aquisitivo já seria de mais de 17%.

Protesto

Uma nova manifestação de servidores estaduais deve ser realizada hoje, na região central da cidade. De acordo com o Fórum das Entidades Sindicais, a concentração começa às 9 horas, na Praça 19 de Dezembro. Na sequência, o grupo caminha até o Palácio Iguazu, sede do governo. Há também um acampamento montado na Praça Nossa Senhora de Salette, em frente ao prédio histórico.

A greve dos servidores estaduais do Paraná chegou ao 13º dia ontem. Enquanto o governo fala em baixa adesão, representantes dos trabalhadores sustentam que o movimento nunca esteve tão forte.